



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E**  
**SECRETARIADO EXECUTIVO.**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**RITA DE CÁSSIA TAVARES COLARES**

**IMPACTOS ATUAIS DAS**  
**ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2015**

RITA DE CÁSSIA TAVARES COLARES

**IMPACTOS ATUAIS DAS  
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ**

Monografia elaborada como exigência do curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará

Orientador: Professor José de Jesus Sousa Lemos

FORTALEZA-CEARÁ

**MARÇO/2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

C649i Colares, Rita de Cassia Tavares.

Impactos atuais das escolas de educação profissional no Ceará / Rita de Cassia Tavares Colares. – 2015.

49 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2015.

Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1. Ensino profissional. 2. Escolas. I. Título.

---

CDD 330

## **RITA DE CASSIA TAVARES COLARES**

### **IMPACTOS ATUAIS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da APROVAÇÃO \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

José de Jesus Sousa Lemos - Orientador

---

Nota

---

Fábio Maia Sobral - Membro da Banca

---

Nota

---

Lydia Maria Portela Fernandes - Membro da Banca

---

Nota

---

Média

A meu pai, Luiz Gonzaga  
Austregésilo Tavares (*in memoriam*),  
pela saudade de momentos não  
vivenciados.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, centro de todas as coisas.

À minha mãe, Maria Raimunda, pelo exemplo de fé, força e coragem, sempre.

Ao meu esposo, Nicola Colares, pelo apoio e colaboração para que este momento se tornasse possível.

Aos meus filhos, Nicolle Tavares Colares e Matheus Tavares Colares, por serem filhos maravilhosos, eu não poderia querer mais.

Às minhas duas irmãs Luizas, Maria e Amélia, pelo companheirismo e ajuda quando necessária.

Ao meu concunhado, Paulo Sérgio, excelente advogado, pelo processo e o “acorda Rita, ainda dá tempo”. Sem você, não teria chegado aqui.

Ao Professor Custódio, Pró-reitor de Graduação da UFC, e aos funcionários da PROGRAD-UFC João Paulo e Alexandre Silva, por na reta final me ajudarem a não perder a matrícula e a não desistir.

Ao Professor José de Jesus Sousa Lemos, orientador deste trabalho, pelo exemplo de excelência no exercício da profissão.

À Mestra em Economia Rural Lydia Maria Portela Fernandes, membro da banca avaliadora, por sua acurada e construtiva análise do trabalho. É sempre valoroso encontrarmos pessoas, embora em curto período de tempo, que nos acresça.

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre os impactos potenciais das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, aparelhos públicos implantados para desenvolvimento das ações relacionadas à implementação da política pública de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ofertada em tempo integral, pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC), relatando o planejamento e a instalação, durante as duas últimas gestões, dessa rede de escolas. O objetivo deste trabalho é investigar os prováveis impactos da implantação da rede de Escolas de Ensino Profissional Integral e Integrado, como política pública de educação, considerando sua relevância na vida dos jovens cearenses. O trabalho foi dividido em 5 capítulos, no primeiro capítulo, destaca-se na introdução a necessidade do mercado de um novo perfil de trabalhador. No segundo capítulo, é relatada historicamente a educação profissional de nível médio no Brasil e no Ceará. Para o terceiro, a metodologia com a qual foi desenvolvido o trabalho, usando a análise documental e bibliográfica e no quarto, apresentam-se os resultados averiguados. Finaliza-se com as considerações de que o objetivo inserido neste trabalho foi alcançado.

**Palavras-chave:** Sociedade. Educação Profissional. Escolas Estaduais de Educação Profissional

## **ABSTRACT**

The work hereby deals with the potential impacts of the Professional Education State Schools in Ceará, public systems implanted for the development of actions related to the implementation of the public politics of high schools integrated to professional education, offered in full time by the Ceará State Government, through the State Secretary of Education in Ceará (SEDUC), reporting the planning and installations, during the two last administrations, of the schools network. The goal of this work is to investigate the probable impacts of the implantation of the Professional Education Full-time and Integrated Schools Network, as public politics of education, considering its relevance in the life of Ceará youngsters. For better understanding by the reader, the work was divided in 5 chapters: in the first chapter, the introduction shows the market needs of a new worker's profile. The second chapter shows, historically, the professional education high schools in Brazil and Ceará. For the third, the methodology in which the work was developed, using the bibliographical and documental analysis and the fourth shows the checked results. It ends with the considerations that the goal of this work has been reached.

**Key words:** Society, Professional Education, Professional Education State Schools.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**COAVE** - Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação

**COEDP** - Coordenadoria de Educação Profissional

**EEEP** - Escola Estadual de Educação Profissional

**EMI** - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

**ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

**MAPP** - Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

**MEC** - Ministério da Educação

**PROUNI** - Programa Universidade para Todos

**SAEB** - Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SECITECE** - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

**SEDUC** - Secretaria Estadual da Educação do Ceará

**SEPLAG** - Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará

**SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**SIGE** - Sistema Integrado de Gestão Educacional

**SPAECE** - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Proficiência de português e matemática, resultados do SAEB, indicador do desempenho dos alunos do Ensino Médio, no período de 1995-2005 .....21
- Gráfico 2** - Percentual dos alunos, segundo inserção na Universidade, período de 2011 a 2013 .....37
- Gráfico 3** - Gráfico 3 - Distribuição dos alunos segundo inserção total no Mercado de Trabalho, Ceará, período de 2011 a 2013.....38

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Evolução do número de Escolas Estaduais de Educação Profissional no período de 2008 a 2014 .....	27
<b>Tabela 2</b> - Evolução da matrícula das Escolas Estaduais de Educação Profissional no período de 2008 a 2014 .....	29
<b>Tabela 3</b> - Matrícula, por modalidade de ensino, da Rede Pública Estadual, em 2014.....	30
<b>Tabela 4</b> - Financiamento da Política de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional – Categoria de Gastos Projetos, por Ano e Fonte de Recursos, em R\$, no período de 2009 a 2013.....	35
<b>Tabela 5</b> - total de investimentos para o período de 2008 a 2014.....	36
<b>Tabela 6</b> - Desempenho escolar dos alunos da rede estadual de ensino médio no período de 2003 a 2013.....	39
<b>Tabela 7</b> - Desempenho dos alunos da rede de escolas estaduais de educação profissional no período de 2008 a 2013.....	40

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Evolução da oferta de cursos técnicos por tipo e quantidade/ano.....31

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa do Estado do Ceará, com indicativo dos municípios cearenses onde tem EEEPs, implantadas e em funcionamento, 2014.....28
- Figura 2** – MAPP Gestão, Escola Estadual de Educação Profissional, Fase III, 2011.....48

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	17
2.1 O Ceará dentro deste contexto histórico	20
2.2 Escolas Estaduais de Educação Profissional	22
<b>3 METODOLOGIA</b>	25
<b>4 RESULTADOS</b>	27
4.1 Quantidade de escolas	27
4.2 Quantidade de municípios atendidos	27
4.3 Matrícula	29
4.4 Cursos técnicos ofertados	30
4.5 Rede física	31
4.6 Quadro de Pessoal	32
4.7 Custo aluno	33
4.8 Técnicos formados	33
4.9 Recursos Financeiros	34
4.9.1 Formas de Financiamento	34
4.9.2 Formas de Investimentos	36
4.10 Inserção no Mercado de trabalho e no Ensino Superior	37
4.11 Aprovação, reprovação e abandono	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	41
<b>REFERÊNCIAS</b>	43
<b>ANEXO</b>	48

## INTRODUCAO

O mundo do trabalho, ao longo dos anos, sofreu modificações que nos levam à substituição do domínio das velhas formas de produção taylorista-fordista, por um novo paradigma, com base em modelo japonês de gestão e organização do trabalho, o toyotismo. Essas mudanças, impulsionadas pela globalização da economia e pela atual reestruturação produtiva, levam a um modelo onde a linha de produção é substituída pelo trabalho em equipes, onde cada integrante possui habilidades e funções de importância vital no processo como um todo, tendo a qualidade e produtividade como molas propulsoras do processo e necessitando de um perfil remodelado do trabalhador, o trabalhador” flexível”.

Para a formação desse novo perfil de trabalhador é necessária uma reestruturação também na educação e daí surge a reforma da educação básica e profissional. O governo brasileiro parece ter entendido e assimilado este novo conceito há bastante tempo. Isto se verifica pela opção de apoio do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE à forma de oferta de educação profissional técnica em nível médio integrada ao ensino médio, tendo como justificativa disto a representação significativa na melhoria dos resultados pedagógicos.

Segundo Mangabeira Unger (2009, p. 18,19):

“O ensino técnico deixará de privilegiar os ofícios rígidos – as capacitações confinadas a máquinas e a profissões específicas (favorecidos pelo antigo modelo alemão de educação técnica, que assimilamos) – em favor das capacitações práticas flexíveis e genéricas. São elas qualificações decisivas para o trabalhador de amanhã. A disponibilidade do ensino técnico tradicional em outras instituições, como as escolas do SENAI, liberará as escolas médias para outra experiência, mais promissora.”

As escolas da rede pública, ao adotarem esta metodologia, não só cooperam com a melhoria do ensino gratuito ofertado, como também oportunizam aos filhos dos trabalhadores condições propícias ao aprendizado de maior qualidade pedagógica e diplomação técnica e qualificação para ao término do ensino médio entrarem no mercado de trabalho, elevando assim suas perspectivas futuras e também de suas famílias.

No Estado do Ceará nas duas últimas décadas houve um avanço de 68,4% no Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), perdendo em colocação aqui no Nordeste somente para o Rio Grande do Norte, que se encontra em primeiro lugar. Contudo, apesar do crescimento, é um valor mediano se comparado ao resto país, ficamos com o 11º pior índice entre todos os estados Brasileiros. Segundo a pesquisa “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 ” detentora dos dados acima apresentados, políticas públicas em educação contribuíram para este crescimento.

Em uma evolução educacional, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação, procurando garantir educação de qualidade e resultante do planejamento da política de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, materializado no Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do estado do Ceará (CEARÁ, 2008), implementou a rede estadual de escolas profissionais, também em 2008, através da Lei Nº14.273, de 19 de dezembro de 2008. De acordo com referida Lei, as Escolas Estaduais de Educação Profissional deverão ofertar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em tempo integral, com corpo docente especializado, visando garantir a articulação entre educação e o mundo do trabalho.

No entanto, tal política somente logrará êxito se, para além dos esforços governamentais, a sociedade civil entendê-la como necessária e adequada à formação de seus cidadãos e com ela comprometer-se, visando o enriquecimento e consolidação desse projeto. (MEC,2007, p.4).

Esta Monografia pretende mostrar a implementação dessas escolas na rede pública estadual do Ceará, com início em 2008 e que atualmente conta com 110 unidades em todo o território estadual em comparação à oferta gratuita deste tipo de matrícula, dentro da visão dos montantes de investimentos, tomando como base a gestão em educação imediatamente anterior ao período de implantação. Nestas escolas os alunos recebem formação escolar de nível médio integrada a formação técnica, em jornada de tempo integral e com vivências de cidadania e de protagonismo juvenil.

Para tanto, este trabalho foca sua avaliação na operacionalização do modelo, dos cursos ofertados, do montante de recursos investidos, da implantação da rede física, dos números de formandos e formados e dos resultados já auferidos, baseados em dados fornecidos pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC e procurando apurar indícios em termos reais de prioridade, em proporção aos

investimentos de recursos efetuado pelo Governo do Estado em suas últimas três gestões, como também quantificando e avaliando a evolução do percentual de conclusão do ensino médio, para igual período. Assim, pretende-se dar à sociedade conhecimento, embora basilar, da existência desta política pública.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, a educação profissional começa no século XIX. Nos séculos anteriores as profissões eram passadas de geração para geração através das experiências, o aprendizado do ofício era executado no dia a dia do exercício da profissão. O que existe de educação era voltada para a formação de futuros dirigentes, provenientes da elite, que recebiam uma educação propedêutica.

Somente no início do século XIX aparecem os primeiros sinais de aprendizagem profissional, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 – Parecer nº 16 99 – CEB), cujo objetivo principal era o de ensinar ofícios aos órfãos, muito pobres ou abandonados, ou seja, àqueles que não tinham antecedentes que lhe ensinassem um trabalho, portanto podendo transformarem-se em marginais e desestabilizar a corrente da sociedade. Durante todo o século XIX, as instituições que prestavam serviços de educação profissional tinham este propósito assistencialista.

Já no início do século XX observou-se uma mudança de foco, a educação profissional do país passa deste caráter somente assistencialista para a preparação do trabalhador profissional.

Segundo Cunha (2005, p. 6):

... começou a surgir toda uma ideologia de valorização do trabalho do “elemento nacional”, cuja propalada inaptidão e inconstância já não era vista como natural, senão como resultado da falta de oportunidades. Ou seja, seria preciso valorizar a busca pela qualificação profissional como algo que dignificava o trabalhador, algo que ele desejasse para seus filhos, não como um destino fatal, mas como algo dotado de valor próprio. Para tanto o ensino profissional deveria deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes.

São criadas então, pelo Presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes Artífices, num total inicial de 19 unidades espalhadas por todo o território nacional. Esta criação unida à educação agrícola marca uma mudança histórica e o início de uma caminhada para o desenvolvimento da educação profissional do país.

Nas décadas de trinta e quarenta, o país passa por grandes transformações econômicas e marco para a educação profissional, período também em que a educação nacional foi normatizada. A nação agora em transição para uma sociedade urbana

industrial, com forte apoio estatal, sente fortemente a necessidade de um operário mais qualificado e quadros técnicos para a consolidação da implantação da indústria nacional. Neste cenário a Constituição de 37 estabelece a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos e em 1942 cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), como também é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que concede organização ao ensino profissional e o equipara ao ensino médio propedêutico.

Passando aos anos cinquenta e sessenta, tem-se o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), que consolidou a transição do país à industrialização e urbanização. Com isto, a expansão da educação profissionalizante e o aparecimento de ginásios industriais, de centros de educação técnica e de programas de preparação de mão-de-obra industrial. No final dos anos cinquenta, as instituições federais de ensino profissionalizante tornam-se autarquias e acentuam a tendência tecnicista da educação. O país sofre então o Golpe Militar de 64 e aprofunda a versão modernização conservadora.

Há continuidade ditatorial nos anos setenta e a chamada Tríplice Aliança entre Estado, Capital Internacional e Capital Nacional (minoritário). Houve uma tentativa, que não deu certo, durante o chamado Milagre Econômico de se implantar um modelo de ensino de segundo grau com formação obrigatória profissional (Lei nº 5.692, de 1971). A formação estaria voltada para cursos técnicos correlatos aos investimentos em transportes, petroquímica e comunicação, decorrentes do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, que exibiu uma possibilidade de demanda de técnicos qualificados para desenvolvimento dos projetos a estes relacionados. A Altura do II PNDE, meados e final dos anos setenta, com o país em crise econômica, como consequência do modelo pós-64 – modernização com grande endividamento, três escolas técnicas federais foram transformadas, no ano de 1978, em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as Escolas Técnica de Minas Gerais, do Paraná e do Rio de Janeiro, passando a ministrar também cursos de nível superior. Essa medida, mais tarde, nos anos noventa, se expandiria a outras unidades no país, onde o ensino, em todos os níveis, médio, graduação e pós-graduação, estavam conectados ao mundo do trabalho.

A década de oitenta representou um período de transição, não totalmente uma década perdida, política e economicamente. Com o país afundado em dívidas, a nação sentiu necessidade de redemocratização, em especial pelas classes mais populares.

Surge então a Constituição Federal de 88 e na educação profissional a obrigatoriedade da profissionalização vai caindo ao nível de 2º grau, permanecendo somente as Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EF e alguns poucos sistemas a nível estadual.

Até a década de noventa, o país inspirou-se no modelo taylorista e/ou fordista, mas a exemplo do resto do mundo, a economia exigia um trabalhador mais “flexível” inspirado no modelo japonês, o toyotismo. Mas ainda a educação profissional continuou em segundo plano, embora a educação continuava em busca de qualidade primordial, onde o aprender por aprender já não funcionava. Foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEB, fundamental para a distribuição de recursos para a educação entre estados e municípios, respectivamente responsáveis pelo ensino médio e fundamental no país. O ensino médio, não necessariamente profissional, de responsabilidade dos estados, teve uma alavancada na universalização e nesta década foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, importante ferramenta de avaliação da qualidade do ensino ofertado. Enquanto isso a educação profissional era relegada a cursos de reciclagem, atualização e aperfeiçoamento dos trabalhadores. O governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, diagnosticou a rede federal de ensino técnico mais custosa em comparação à rede do ensino médio regular.

No século XXI, o país está em um momento particular de economia favorável as exportações, em contrapartida a uma imersão no desenvolvimento, envolta na distribuição de renda e expansão do mercado interno. Na educação, os avanços acontecem nos fundos de participação, com a renovação do FUNDEB, que aperfeiçoado passa a ser Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação e inclui a educação infantil, o ensino médio, a educação de jovens e adultos e as modalidades de ensino especiais, além do ensino para indígenas e quilombolas. Para Grabowski, Ribeiro e Farenzena (2005), “a definição e a garantia das fontes de financiamento público para dar suporte à política em discussão é uma questão essencial”. Em 2007, foi aprovado Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com foco na qualidade do aprendizado, com cinco eixos, dentre eles a educação profissional. A partir daí foi criado o Plano de Ações Articuladas – PAR, com participação ativa de gestores e educadores locais, governos federal, estadual e municipal, com diagnósticos participativos. Também foi criado o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico – IDEB

para avaliação do ensino médio. Para a educação profissional, em 2004, através do Decreto nº 5.154, finalmente é aberta a possibilidade de integração curricular ao ensino médio regular, sem detrimento dos demais métodos de ensino profissional. Daí em diante, a ideia expandiu-se, em 2006 aparece o Plano de Expansão da Educação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BR, 2008), com programação de criação de 210 novas unidades federais e reforço das redes municipais e estaduais. Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o programa Brasil Profissionalizado, dispondo-se a dar fortalecimento às redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com repasses de recursos destinados a investimentos em redes de escolas técnicas já existentes no estado ou para dar início de oferta antes inexistente.

## **2.1 O Ceará dentro deste contexto histórico**

A grande mudança da oferta pública educacional no Estado do Ceará teve início nos anos noventa, com objetivos prioritários de municipalização do Ensino Fundamental, de instituição de programa de correção de fluxos e de democratização da escola pública. Acarretando expansão de matrículas no Ensino Médio, modalidade final da educação básica, atribuída ao Estado.

Embora o Ceará tenha sido precursor (junto com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná), com a implementação de política de expansão do Ensino Médio no período de 1995 a 2002, mediante financiamento de empréstimos do Governo Federal e também de fontes internacionais, em acordo com as medidas que a reforma exigia, não logrou êxito no desempenho.

Em virtude de fatores já existentes no início da Reforma do Ensino Médio, segundo Zibas (2005), o Estado deixou a desejar em etapas básicas como: construção e reformas de escolas, autonomia da gestão escolar, modernização dos processos administrativos e a implementação de programa de formação continuada para gestores, professores e corpo técnico administrativo. Conforme a autora,

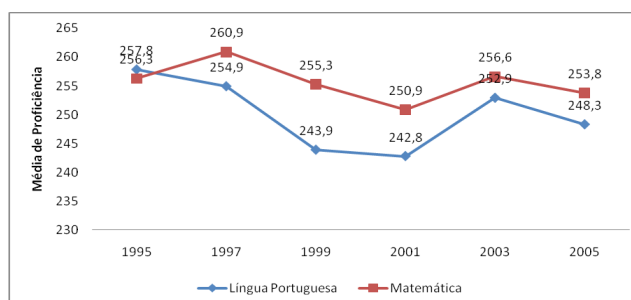
... ao longo do tempo, o desgaste em vista da imposição de formas de avaliação, a deterioração das condições de trabalho, os conflitos originados nos processos de eleição de diretores, os questionamentos quanto aos critérios de alocação de recursos e, finalmente, o desaparecimento das facetas carismáticas da gestão do

sistema, parecem contribuir significativamente para o enfraquecimento da sustentabilidade político-administrativa da reforma. (ZIBAS, 2005).

Embora também o órgão estadual responsável pelas implantações de políticas públicas de oferta de ensino médio gratuito no Estado, ou seja, a Secretaria de Educação – SEDUC, tenha sido reestruturado para atender às necessidades da Reforma do Ensino Médio e tenha tido à frente um Secretário qualificado e muito articulado, dinâmico e carismático até o início do século XXI, a partir de 2003, em virtude da mudança do Chefe de Estado do Poder Executivo, muda-se o Secretário condutor da pasta e mudam-se as políticas de condução da reforma do ensino médio. Conforme Zibas denomina, o anterior “espetáculo” da reforma é sobreposto por uma condução de ações mais discretas, “privilegiando-se o contato com as unidades pelos órgãos intermediários e as novas estratégias podem decorrer, também, do fato de que os empréstimos anteriores estavam esgotados, os dirigentes assumiram uma herança muito pesada, com falta generalizada de verbas, dependendo de outro empréstimo que deveria chegar ainda em 2003, ano de início da gestão. O foco então é redirecionado para a reorganização do sistema educacional.

Procurando evidenciar e fortalecer o sucesso escolar, como cultura permanente nas escolas públicas, os sistemas de avaliação do Ensino Médio, tanto nacional como estadual, respectivamente SAEB e SPAECE, foram disseminados nas escolas e os resultados de suas avaliações divulgados através de relatórios e boletins, com o intuito de superação de desempenho, ano a ano. Mas, é justamente o SAEB, o indicador de que o desempenho dos alunos do Ensino Médio, no período de 1995-2005, não corresponde exatamente ao sucesso esperado, pois revela que não houve um crescimento consistente. O Gráfico 1, mostra estes resultados para o período indicado.

**Gráfico 1** - Proficiência de português e matemática, resultados do SAEB, indicador do desempenho dos alunos do Ensino Médio, no período de 1995-2005



Fonte: dados do MEC/INEP, 2007.

Porém merece bastante destaque que até 2006, o Estado assegurava a oferta de ensino Médio com recursos próprios, sendo socorrido em casos emergenciais de ampliação de matrícula pelo Ministério da Educação – MEC, entres eles o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PROMED) e o Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso a Educação Básica (PRODEB).

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), através da Lei nº 11.494/2007, pelo governo federal, foi um mecanismo de fortalecimento dos estados para a melhoria da qualidade da educação, vez que os recursos foram ampliados para toda a educação básica. Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Plano de Ações Articuladas (PAR), um novo canal de financiamento de programas educacionais junto aos entes federados.

Foi este cenário (de novas formas de captação de investimentos) propício à iniciativa, que fez o Governo do Estado do Ceará inovar no ensino médio ofertado `a demanda existente, investindo na criação de uma política pública direcionada para a educação profissional voltada para o nível técnico, não deixando de fortalecer o ensino médio regular. É então que em 2008, através da SEDUC, surgem as Escolas Estaduais de Educação Profissional na rede pública de ensino do estado.

## **2.2 Escolas Estaduais de Educação Profissional**

Firmado na pauta nacional da educação profissional e tecnológica: Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, do Governo Federal, o Estado do Ceará, com base em modelos já utilizados no Brasil, referentes a este tipo de escola, implementa em 2008 a modalidade de ensino médio integrado à educação profissional. Utilizando-se dos recursos concedidos pelo governo federal, designados para obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores, como também de recursos do Tesouro Estadual.

Implementada através da Lei Nº14.273, de 19 de dezembro de 2008, as Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP ofertam Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em tempo integral, com corpo docente especializado, visando garantir a articulação entre educação e o mundo do trabalho, integrando a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de

excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em protagonismo juvenil.

É normalizada através de instrumentos, tendo como principais: a Resolução Nº 413/2006, que regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, a Lei Nº 11.788/08 – Lei de Estágios, o Parecer Nº 113/10 – Credencia as EEEPs até 31/12/2010 e o Parecer Nº 709-2011 – Credencia e Recredencia as EEEPs até 2014 e os cursos técnicos até 2013.

Tem como premissas o Protagonismo Juvenil, a Formação Continuada, a Atitude Empresarial, a Corresponsabilidade e a Replicabilidade.

Utiliza como Instrumentais o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Curso, o Regimento Escolar, os Referenciais Curriculares e o Plano de Ação.

O Projeto Político Pedagógico desenvolve-se em cada unidade escolar. Exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o projeto Político Pedagógico (PPP) é integrante do planejamento escolar de todas as escolas públicas e privadas do território nacional. A existência de um projeto político pedagógico tornar-se elemento fundamental de compreensão pela comunidade escolar dos fins educacionais pretendidos e dos instrumentos que a instituição possui para atingi-los.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional introduziram inovações em conteúdo, método e gestão. O Projeto Político Pedagógico, a exemplo, é norteado, dentre outros, pelo Protagonismo Juvenil, onde há atuação dos jovens através de uma participação construtiva; Cultura da Trabalhabilidade, com os educadores trabalhando, de modo ativo, com a capacitação dos jovens para adquirirem e desenvolverem competências e habilidades; Projeto de Vida, com questões direcionadas para o desenvolvimento pessoal e social com base no projeto de vida do aluno; Pedagogia da Presença, onde a presença expressiva do educador na vida do educando baseia-se na abertura, na reciprocidade e no respeito mútuo. Os conteúdos na Escola Estadual de Educação Profissional são abordados com interatividade e interdisciplinaridade. Esta última servindo de instrumento na busca de uma formação mais abrangente, dentro da orientação e ordenação da prática pedagógica decorrente do currículo integrado.

São ambientes escolares de tempo integral e currículo integrado, ou seja, o aluno passa os dois turnos na escola, com três refeições diárias – 2 lanches e 1 almoço e

recebe formação de ensino médio regular e do curso técnico por ele escolhido, tendo ainda atividades complementares, como por exemplo: horário de estudo (Aprendizagem Cooperativa), TPV (Temáticas, Práticas e Vivências – Empreendedorismo – SEBRAE), formação para cidadania (até o 3º ano), projetos e ou prática de arte/esporte, PPE – Preparação à Prática de Estágio e finalmente no último semestre do curso, estágio supervisionado, obrigatório e remunerado.

No início da implantação, a oferta de ensino profissional pela SEDUC, era gerenciada pela Célula de Formação para o Jovem Cidadão, vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (Decreto Estadual nº 28.639/2007). Em 2010, após dois anos de implementação da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e diante da necessidade apresentada pela expansão da oferta, foi criada a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), por meio do Decreto Estadual nº 30.282, de 04 de agosto de 2010 e que tem como principais competências: definir o modelo de gestão e pedagógico das escolas; coordenar as diversas áreas; definir objetivos, metas e o padrão de funcionamento da rede de escolas em tempo integral; fomentar o desenvolvimento de perfil protagonista e empreendedor dos alunos e contribuir com a formação de jovens, imbuídos de uma visão ético-política.

### 3 METODOLOGIA

A análise realizada neste trabalho se deu a partir de uma investigação de cunho documental, coletados junto a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, na qual foram analisados documentos produzidos pela Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP, responsável pelo desenvolvimento e manutenção das Escolas Estaduais de Educação Profissional no âmbito da SEDUC, aliada a pesquisa bibliográfica.

No meio da pesquisa qualitativa, segundo Silva *et al* (2009), há inúmeros métodos que podem ser utilizados para obter-se resultados para a investigação da realidade social. Sendo o método da pesquisa documental o que instiga o pesquisador a utilizar seu conhecimento teórico, aliado ao conhecimento adquirido através dos documentos analisados, para correlacionar o problema da pesquisa e o contexto de sua prática. A opção por uma metodologia investigativa é uma fase importante na pesquisa social, conforme afirma a autora. Nesta fase, o pesquisador tem que ter os objetivos da pesquisa claramente identificados, sendo esta a condição primordial para que se responda as expectativas de resultado, estabelecendo então uma correspondência com o objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2009), tem como principal vantagem a obtenção de um volume maior de informações em relação àquelas que seriam levantadas pela pesquisa direta. Na análise de materiais anteriormente elaborados por estudiosos, relacionados ao assunto pesquisado, encontrados em livros, artigos periódicos, revistas e nos dias atuais, também publicados em internet, tem-se diretrizes para a elaboração do estudo pretendido. O autor ainda chama a atenção para a consulta de fontes secundárias, que podem comprometer o resultado da pesquisa, quando contem dados coletados e analisados de forma equivocada.

Foram analisados os seguintes documentos: MAPP Gestão das Escolas de Educação Profissional (SEDUC, 2011), A Educação Profissional transforma a Vida dos Jovens Cearenses (COEDP, 2013), Portfólio EEEP (COEDP, 2014) e uma pesquisa bibliográfica baseada no entendimento dos seguintes teóricos: BARACHO, MOURA e PEREIRA, 2006; CIAVATTA, RAMOS, FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005; CUNHA, 2005; FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006; GRABOWSKI, 2005; GRAMSCI, 1991, MAGALHÃES, 2008; MOURA, MEC, 2006 (no prelo); MOURA, ANPED, 2007; RAMOS, 2004; RAMOS, 2007 (no prelo).; RAMOS, FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005, que estudam e discutem a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil.

Quanto aos documentos para esta pesquisa, foram selecionados: A Educação Profissional transforma a Vida dos Jovens Cearenses e o Portfólio EEEP, que forneceram dados da evolução da implantação da Política de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional no Estado do Ceará, desde seu início até os dias atuais, como também a evolução de investimentos aplicados diretamente a esta política. Além disso, foram analisados os resultados de desempenho dos alunos no SPAECE, os indicadores de ingresso no mercado de trabalho e na universidade, como também as taxas de movimento e rendimento, em porcentagem, do ensino médio e da educação profissional, nas últimas três gestões de Governo do Estado, consolidados pela SEDUC, na expectativa de mostrar que a política em questão vem avançando em relação a esses indicadores, o que justifica sua continuidade e os recursos financeiros aplicados.

Em relação à seleção dos autores pesquisados na bibliografia, levou-se em consideração o quantitativo de publicações relacionados ao Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, como também a constância destes em citações e referências em artigos, dissertações e teses.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Quantidade de escolas

A implementação começou de fato no 2º semestre letivo de 2008, mas precisamente em 04 de agosto de 2008, com a abertura e início simultâneo em 25 unidades espalhadas por todo o território estadual. Em 2014 contam com 110 unidades em funcionamento, conforme mostra abaixo a tabela 1, de evolução do quantitativo de implantação de EEEP por ano, no período de 2008 a 2014.

**Tabela 1** - Evolução do número de Escolas Estaduais de Educação Profissional no período de 2008 a 2014

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Escolas	25	51	59	77	92	97	110

Fonte: COEDP/SEDUC, 2014.

Os resultados mostrados na tabela 1 sinalizam que no período de 2008 a 2014, houve um aumento das unidades que ofertam o Ensino Médio Integrada à Educação Profissional na proporção de 4 vezes mais.

### 4.2 Quantidade de municípios atendidos

Dos 194 municípios cearenses, 86 já possuem pelo menos uma EEEP. Em municípios maiores, em extensão e população, como é o caso de Juazeiro do Norte, há mais de uma escola implantada. A Figura 1 mostra o mapa do estado do Ceará com indicativo colorido dos municípios cearenses onde tem EEEPs, implantadas e em funcionamento. O número de EEEPs implantadas vem, ao longo dos anos seguindo um ritmo acelerado de crescimento. No início, um primeiro critério utilizado foi implantar uma escola em municípios com população de 50 mil habitantes. Ao longo do tempo a necessidade de atender outros municípios que não se encaixavam neste critério levou a SEDUC a implantar EEEPs através de consórcios entre municípios.

Nos consórcios, a escola é implantada em um determinado município e atende a população jovem de no máximo mais dois municípios, com pequenas distâncias



### 4.3 Matrícula

A matrícula também é bastante expressiva. A tabela 2, mostra a evolução da matrícula no período de 2008 a 2014

**Tabela 2** - Evolução da matrícula das Escolas Estaduais de Educação Profissional no período de 2008 a 2014

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Matrícula	4.181	11.415	17.481	24.074	30.156	36.093	40.074*

Fonte: dados do SIGE/SEDUC, 11/2014.

Até 2007 e durante muitos anos, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE ofertava o ensino técnico de nível médio no Ceará, tendo como demanda principal os alunos egressos do Ensino Médio, com uma matrícula pouco expressiva. No ano de 2005 fez um registro de 3,5% dos alunos matriculados nesse nível de ensino, correspondendo a 14.606 jovens e adultos (SEDUC, 2008). Em comparação à tabela acima apresentada, essa grandeza, em números absolutos, já foi ultrapassada no terceiro ano de funcionamento das EEEPs, correspondente ao primeiro ano de formação de técnicos e ainda na primeira gestão do Governo responsável pela implementação da política, que corresponde ao período de 2007 a 2011.

Para este período, conforme o Relatório de Desempenho Setorial (RDS), elaborado, em 2011, pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG), a avaliação em relação ao resultado estratégico direcionado para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, teve como um dos indicadores observados a matrícula para essa etapa de ensino. Neste caso o indicador resultou em um crescimento de 247,95% entre os anos de 2006 e 2011 em matrículas no Curso Normal Magistério e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI), em tempo integral. Em 2006 (ano-base), a matrícula na Educação Profissional era de 8.501 alunos; em 2011, registrou-se uma matrícula de 29.580 estudantes. Deste total, conforme mostrado na Tabela 2, 24.074 alunos estavam matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Em 2012, os 30.156 alunos matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional., representavam 6% do total de alunos matriculados em todo rede

estadual de ensino. Em 2014, os 40.074 alunos matriculados representam 8,6% de toda a rede e 11,8% da modalidade Ensino Médio Regular ofertado pela rede estadual. A Tabela 3 mostra a matrícula, por modalidade de ensino, da Rede Pública Estadual, em 2014

**Tabela 3** - Matrícula, por modalidade de ensino, da Rede Pública Estadual, em 2014

Modalidade de ensino	Matrícula
Educação Infantil	1.017
Ensino Fundamental Anos Iniciais	4.311
Ensino Fundamental Anos Finais	48.095
Ensino Médio Integrado	40.074
Normal	637
Ensino Médio Regular	298.181
Eja - Fundamental Presencial	9.651
Eja - Fundamental Semipresencial	14.031
Eja - Médio Presencial	15.863
Eja - Médio Semipresencial	33.322
<b>TOTAL</b>	<b>464.182</b>

Fonte - SIGE ESCOLA/SEDUC, 2014

#### 4.4 Cursos técnicos ofertados

A oferta de cursos foi gradativa. Com o decorrer do tempo e aumento do número de escolas, do número de municípios do estado atendidos e embasada em estudos realizados pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), pelo Instituto de Pesquisas Econômicas do estado do Ceará (IPECE) e discussões com outras instituições de áreas diretamente ligadas ao tipo de curso técnico que se pretendia ofertar, a quantidade e diversidade de cursos foi aumentando. Tendo como principal determinante de escolha as potencialidades estruturais e econômicas do município ou região onde a escola profissional está situada.

No ano de implantação foram ofertados 4 cursos técnicos, já no segundo ano de funcionamento, com o número de unidades escolares dobrado e em plena atividade, o número de cursos ofertados cresce em mais de 100%. Nos dias de hoje a

oferta está em 53 diferentes tipos de cursos. O Quadro 1 mostra a evolução da oferta de cursos técnicos por tipo e quantidade/ano

**Quadro 1** - Evolução da oferta de cursos técnicos por tipo e quantidade/ano

2008	2009	2010	2011		2012	2014
4	9	5	25		7	3
Enfermagem	Agroindústria	Administração	Agrimensura	Paisagismo	Áudio e Vídeo	Biotecnologia
Informática	Aquicultura	Contabilidade	Agronegócio	Logística	Automação Industrial	Gestão Cultural
Segurança do trabalho	Edificações	Secretariado	Cerâmica	Manutenção Automotiva	Tradução e Interpretação de Libras	Móveis
Turismo	Produção de Moda	Modelagem de Vestuário	Desenho da Construção Civil	Química	Saúde Bucal	
	Estética	Hospedagem	Agropecuária	Petróleo e Gás	Fabricação Mecânica	
	Finanças		Design de Interiores	Regência Escolar	Portos	
	Estética		Eventos	Secretaria Escolar	Instrução de Libras	
	Comércio		Eletrotécnica	Tecelagem		
	Massoterapia		Eletromecânica	Transações Imobiliárias		
	Meio Ambiente		Fruticultura	Vestuário		
			Floricultura	Mecânica		
			Rede de Computadores	Nutrição e Dietética		

Fonte: COEDP-SEDUC/CE, 2014

#### 4.5 Rede física

Das 110 escolas em funcionamento, 52 funcionam em prédios já existentes, que ofertavam matrícula para o ensino médio regular e foram adaptados para receberem a nova modalidade, ensino médio integrado a educação profissional e tornarem-se escola de tempo integral. Estas adaptações incluem reformas das instalações para inclusão de refeitórios adequados para as 3 refeições diárias, laboratórios técnicos para as aulas práticas dos cursos ofertados, dentre outras.

As outras 58 unidades são prédios escolares novos, construídos com recursos do Tesouro Estadual e/ou com recursos do Governo Federal. O projeto

arquitetônico é cearense, desenvolvido no Departamento Arquitetura e Engenharia do Estado do Ceará – DAE e padrão. Todas as unidades possuem o mesmo tamanho e mesmo número de instalações. São compostas por 12 salas de aula, auditório com capacidade de 180 lugares, biblioteca e bloco pedagógico administrativo. Dispõem de laboratórios específicos para os cursos técnicos e de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática. Também possuem bibliotecas especializadas, ginásio esportivo e um teatro de arena, com capacidade para atender 540 alunos em tempo integral.

#### **4.6 Quadro de Pessoal**

A fim de funcionarem de maneira adequada à proposta principal da modalidade de ensino, ou seja, formação de cidadãos com ética, imbuídos de empreendedorismo e com qualificação técnica adequada a mercado de trabalho, as unidades escolares necessitam de um quadro de pessoal para dar suporte a tal objetivo. A composição do quadro é: para a parte administrativa, a escola conta com um diretor, escolhido através de processo seletivo lançado pela SEDUC, regulamentado através de edital e realizado por instituição especializada na área, para composição de banco com pessoas qualificadas e aptas ao exercício da função; 3 coordenadores: 1 pedagógico, 1 administrativo e 1 para estágio, sendo este último necessário a partir do terceiro ano de funcionamento da unidade escolar, tempo em se iniciam os estágios das primeiras turmas e escolhidos pelos diretores das EEEP, a partir de um banco de gestores escolares, constituído por candidatos aprovados em seleção pública realizada pela SEDUC a cada três anos.; 6 serviços burocráticos para os trabalhos de secretaria, 2 operadores de mecanografia, 1 suporte operacional de Hardware e Software, para o laboratório de informática, 6 serviços gerais para limpeza e manutenção, 2 porteiros e 2 postos de vigilância 24hs. Para a parte pedagógica, a escola tem 19 professores da base comum (sendo 12 turmas, com 04 cursos), já com 1/3 planejamento, 10 professores da base técnica (sendo 12 turmas, com 04 cursos). Para o estágio, 5 orientadores de estágio (com regime de 40h/semana) e para as unidades que ofertam o curso de enfermagem, 7 orientadores de estágio (com regime de 40h/semana).

Os professores da base comum são integrantes do quadro de professores do Estado. Os professores da base técnica e orientadores de estágio são contratados

pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), que se responsabiliza pelo processo de seleção pública para a escolha desses profissionais e do estabelecimento do vínculo trabalhista, mantendo com a SEDUC um Contrato de Gestão<sup>1</sup> para este fim.

#### **4.7 Custo aluno**

A SEDUC tem o demonstrativo do custo aluno através de documento elaborado em 2011, anexo deste trabalho, atendendo uma diretriz orçamentária da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará – SEPLAG para a manutenção das EEEPs, onde diz que para cada novo equipamento implantado deve existir uma previsão de gastos com custeio, que deverá ser incluído por ocasião da aprovação da construção do novo equipamento e liberado para execução ao término da obra, a partir da data de sua inauguração, chamado de MAPP Gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Ressaltamos que as informações de valores são estimadas, podendo sofrer alterações quando os recursos são de fato executados, ou seja, a partir da inauguração do novo equipamento e que foram baseadas no funcionamento de uma unidade escolar com capacidade máxima, 540 alunos. A estimativa do custo-aluno/ano é de R\$ 6.192,58.

#### **4.8 Técnicos formados**

As escolas encontram-se completando o quinto ciclo de formação. O primeiro ocorreu em 2008-2010 e ofertou ao mercado 3.301 técnicos capacitados. Para o segundo ciclo, 2009-2011, 6.098 técnicos se formaram. O terceiro ciclo, 2010-2013, certificou mais 6.055 técnicos, no quarto ciclo, 2011-2013, o número de técnicos formados se elevou para 9.178 técnicos, somando-se no período de 2008-2013 um total de 24.632 profissionais técnicos de nível médio aptos para o mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> O Contrato de Gestão é um instrumento similar a um contrato ou convênio criado pela Lei Federal nº 9.637/98, com a finalidade de disponibilizar recursos públicos para instituições do Terceiro Setor classificadas como Organizações Sociais (OS), visando à promoção de atividades inerentes às suas áreas de atuação. Fonte: SEPLAG. Disponível em <http://www.gestaodoservidor.ce.gov.br/servidor/images/stories/manuais/bt19.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2014, às 20:28.

## **4.9 Recursos Financeiros**

### **4.9.1 Formas de Financiamento**

A oferta gratuita do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional teve início no Estado do Ceará em agosto de 2008, com a implantação de 25 unidades escolares.

A iniciativa se originou em discussões entre a SECITECE, a SEDUC e a SETEC/MEC, que culminaram com a elaboração do Plano Integrado de Educação Profissional pelo governo do Ceará e adesão ao Programa Brasil Profissionalizado do Governo Federal. A intenção era criar a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, garantindo aos jovens cearenses acesso gratuito e oportunidades de formação técnica com qualidade e maiores chances no mercado de trabalho, como também, um melhor desempenho acadêmico. Elevando assim a qualidade de vida destes jovens, como de suas famílias.

Nas gestões anteriores a 2008, não existia um programa governamental específico para financiar Educação Profissional em nível médio no Estado do Ceará. A matrícula existente para o período de 2003-2006 era atribuída ao Curso Normal e tratada pelo Estado como matrícula de ensino médio. Inclusive, este primeiro semestre de funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional foi financiado com recursos provenientes de um programa de governo destinado ao financiamento de toda a rede pública estadual, o Programa de Governo 041 – Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino.

Já no período posterior 2009-2011, após a promulgação da lei que estabelecia as Escolas Estaduais de Educação Profissional, Lei N°14.273, de 19 de dezembro de 2008, o financiamento da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foi feito através de um Programa de Governo intersetorial, para o qual a SEDUC era a unidade gestora, denominado Programa de Governo 534 – Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude.

Para o período de 2012-2015, foi previsto no Plano Plurianual 2012-2015 a criação do Programa de Governo setorial 014, que ocorreu em 2012. Programa este específico para a implementação e desenvolvimento do Ensino Médio articulado à

Educação Profissional e que teve também os recursos executados pela SEDUC no período 2009-2011 migrados.

De acordo com dados da SEDUC, via Sistema WebMAPP, o montante total de recursos utilizados para o funcionamento da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, no período de 2009 a 2013 é na ordem de R\$ 888.723.823,05 (Oitocentos e oitenta e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e três reais e cinco centavos), aplicados em ações referentes a investimentos, que tem início e fim determinados. Dentre eles, aquisição de mobiliários e equipamentos, construção, ampliação e reformas de escolas, aquisição de laboratórios e formação de gestores, professores e alunos. A Tabela 4 mostra o Financiamento da Política de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional – Categoria de Gastos Projetos, por Ano e Fonte de Recursos, Ceará, 2009-2013 (R\$).

**Tabela 4** - Financiamento da Política de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional – Categoria de Gastos Projetos, por Ano e Fonte de Recursos, em R\$, no período de 2009 a 2013

FONTE DE RECURSO	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL POR FONTE	%
00/01 - TESOURO ESTADUAL	13.589.942,39	49.748.239,89	50.012.555,27	49.657.594,13	41.050.292,40	204.058.624,08	22,96%
07 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	2.823.765,00	684.170,67		202.005,35	3.709.941,02	0,42%
10 - FECOP	-	-	7.923.853,21	15.956.568,86	53.149.395,79	77.029.817,86	8,67%
40 - SWAP A	-	-	-	6.638.787,51	3.496.159,06	10.134.946,57	1,14%
47 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNDES/ESTADOS	-	-	-	-	10.600.000,00	10.600.000,00	1,19%
50/51 – FUNDEB	8.616.648,89	94.316.350,31	92.502.001,26	70.389.292,55	38.733.878,03	304.558.171,04	34,27%
53 - CRÉDITO INTERNO - BNDES/PRÓ-INVESTE	-	-			300.000,00	300.000,00	0,03%
82 - GOVERNO FEDERAL	22.674.215,07	63.849.768,30	14.900.678,57	97.200.912,59	79.706.757,95	278.332.332,48	31,32%
TOTAL GERAL	44.880.806,35	210.738.123,50	166.023.258,98	239.843.155,64	227.238.488,58	888.723.833,05	100,00%

Fonte: SEPLAG/CE.

#### 4.9.2 Formas de Investimentos

Os investimentos iniciais antecederam a implantação efetiva das Escolas Estaduais de Educação Profissional, em agosto de 2008. Eles datam do semestre anterior, ainda em 2008, com a adaptação dos 25 prédios já existentes para absorver a metodologia da implantação da política. Como já dito anteriormente os prédios precisavam de adaptação da estrutura física, no que se refere a refeitórios e laboratórios, além de salas de aulas e da parte administrativa. Segundo dados da Secretaria de Educação – SEDUC, o montante de recursos investidos em reforma somam, até maio de 2014, R\$ 30 milhões, onde devemos acrescentar os R\$ 5 milhões referentes à construção de laboratórios técnicos, totalizando em R\$ 35 milhões os investimentos em melhoria das estruturas físicas das EEEP. Além destas adaptações iniciais, grande parte das EEEP que funcionam em prédios adaptados tiveram, ao longo do tempo, todas as suas salas de aula climatizadas, com o intuito de proporcionar aos alunos melhores condições de concentração e aprendizado.

A partir da implantação em agosto de 2008, os investimentos voltam-se para aquisição de material didático, móveis e equipamentos, acervo bibliográfico e construção de novos prédios, que proporcionam ao aluno o ambiente adequado, tanto espacial quanto acadêmico, para o desenvolvimento de seu potencial em relação ao curso técnico por ele escolhido. A Tabela 5 demonstra o total de investimentos para o período de 2008 a 2014.

**Tabela 5** - total de investimentos para o período de 2008 a 2014

2008-2014*	Valor
Construção de EEEP+Equipamentos+Mobiliários	619,4 milhões
Reformas	30 milhões
Laboratórios técnicos – equipamentos	20 milhões
Construção de Laboratórios Técnicos	5 milhões
Alimentação	121 milhões
Professores técnicos e orientadores de estágios	96 milhões
Bolsa estágios	30 milhões
Acervo Bibliográfico	4 milhões
Fardamento	1,9 milhões
Total	927,3 milhões

\* Dados atualizados até maio/2014 - Fonte: COEDP/SEDUC

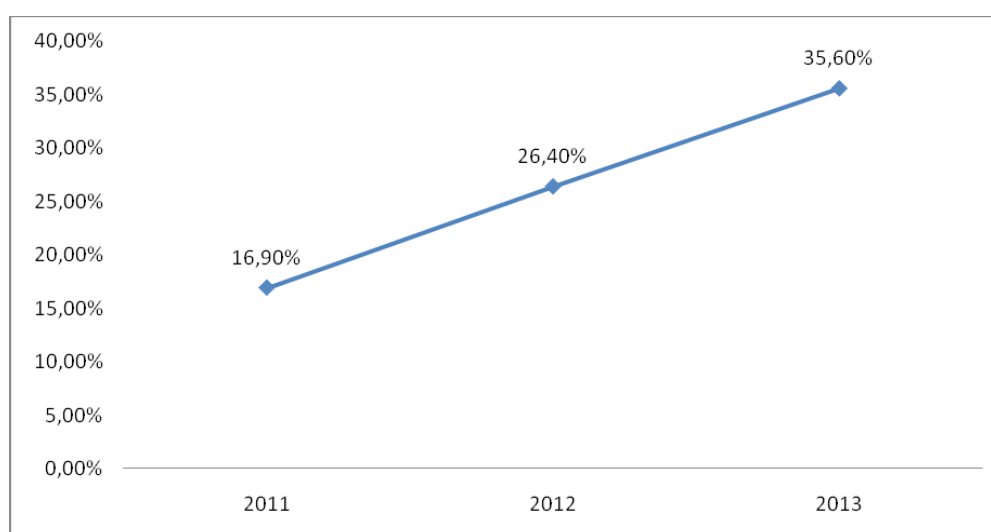
As outras formas de investimentos estão relacionadas à manutenção da escola e ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, como alimentação, fardamento, professores técnicos e orientadores de estágios, bolsa estágio, pessoal administrativo, dentre outras.

#### 4.10 Inserção no Mercado de trabalho e no Ensino Superior

A COEDP, coordenaria responsável, dentro da estrutura da SEDUC, pelo planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das políticas de educação profissional, vem, desde 2012, realizando estudos com o objetivo de identificar o número de ingressos, de alunos provenientes das EEEPs, tanto no mercado de trabalho quanto nas universidades.

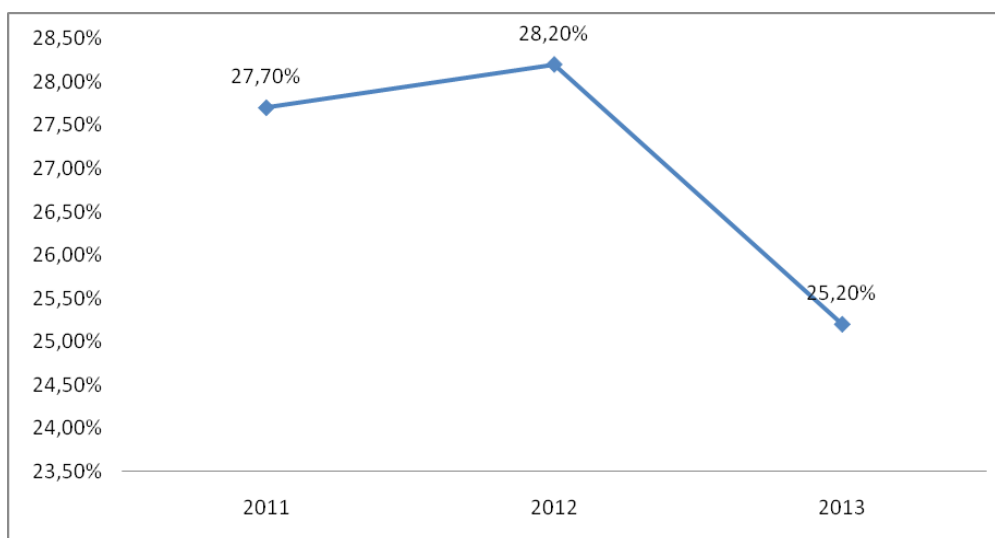
Embora o objetivo básico da formação do Ensino Médio articulado à Educação Profissional seja habilitar o aluno para, ao terminar o ensino médio esteja capacitado a absorver as necessidades do mercado, ao analisarmos os dados nos gráficos 2 e 3, veremos uma concorrência de resultados.

**Gráfico 2** - Percentual dos alunos, segundo inserção na Universidade, período de 2011 a 2013



Fonte: COEDP/SEDUC-Ce, 2013

**Gráfico 3 -** Gráfico 3 - Distribuição dos alunos segundo inserção total no Mercado de Trabalho, Ceará, período de 2011 a 2013



Fonte COEDP/SEDUC Ce, 2013

Ao compararmos os dados apresentados nos dois gráficos, podemos observar que o acesso à universidade tem uma tendência de crescimento constante, em torno de 10 pontos percentuais, ao longo dos três anos do estudo. Enquanto que a inserção em mercado de trabalho sofre oscilações, chegando a cair no ano de 2013.

Ressaltamos que para as afirmações abaixo não existem estudos realizados.

Podemos levantar algumas hipóteses para os fatores do melhor desempenho dos alunos no ingresso à universidade: a utilização do ENEM como critério de ingresso no Ensino Superior, a expansão do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a “Lei das Cotas” , Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, que garante para alunos de escolas públicas, a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, embora a aplicação seja gradual e em 2013 o número reservado a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, tenha sido 12,5%, coincide com ano em que o percentual de inserção no mercado de trabalho diminui.

No que diz respeito às oscilações nos percentuais de inserção no mercado de trabalho, culturalmente o país ainda não valoriza, de maneira adequada, o profissional técnico de nível médio. O mercado acredita no diploma do curso superior como dispositivo

de elevação da capacidade laboral e as famílias como fator de elevação do nível socioeconômico.

A interseção dos dados, ou seja, os alunos que ao concluírem o curso técnico, tanto ingressaram na universidade quanto no mercado de trabalho, tem números ainda mais tímidos, embora crescentes. Para 2012, o percentual é de 7,9%. O estudo revelou um crescimento em 2013 de 0,6%, atingindo o percentual de 8,5%.

Entende-se que o aluno, ao deparar-se com as duas opções, tende a escolher aquela a qual lhe garantirá um futuro, bem a longo prazo, mais “seguro”.

#### 4.11 Aprovação, reprovação e abandono

As tabelas 6 e 7 mostram respectivamente o desempenho escolar dos alunos da rede estadual de ensino médio e o desempenho dos alunos da rede de escolas estaduais de educação profissional, nas últimas três gestões governamentais.

**Tabela 6** - Desempenho escolar dos alunos da rede estadual de ensino médio no período de 2003 a 2013

Ano	Taxas de Movimento e Rendimento (%)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2003	71,60	9,10	19,30
2004	71,20	8,10	20,70
2005	69,80	10,40	19,80
2006*	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
2007	74,70	8,90	16,40
2008	82,23	10,73	7,04
2009	77,90	7,30	14,80
2010	80,50	7,50	12,00
2011	80,10	6,90	13,00
2012	81,80	7,10	11,10
2013	83,20	7,20	9,60

\*Em 2006 não houve coleta de dados - Fonte: MEC/INEP – COAVE/SEDUC-CE

**Tabela 7** - Desempenho dos alunos da rede de escolas estaduais de educação profissional no período de 2008 a 2013

Ano	Taxas de Movimento e Rendimento (%)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2008	92,20	2,60	5,20
2009	93,50	3,80	2,70
2010	95,60	3,20	1,20
2011	96,30	3,10	0,60
2012	97,10	2,40	0,50
2013	97,50	2,20	0,30

Fonte: COAVE/SEDUC-CE

No estudo foi levado em conta que a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará só foi criada em 2008. Se compararmos o período correspondente para as duas modalidades de ensino, o EMI e o ensino médio regular, observam-se diferenças de mais de 10 pontos percentuais no desempenho dos alunos a cada ano. Embora haja crescimento do rendimento, com um aumento da taxa de aprovação, em ambos os casos.

Conseqüentemente, as taxas de reprovação e abandono são bem menores nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Segundo informações da SEDUC, no caso das taxas de abandono para estas escolas, elas traduzem não o abandono do ensino em si, mas a transferência de alunos, por estes não se adequarem ao tempo integral ou ao curso. Nesse caso, eles são transferidos para uma escola regular de tempo parcial, podendo, assim, concluir o ensino médio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o intuito de investigar os prováveis impactos e mostrar a implantação e desenvolvimento da política pública do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com a implementação pelo Governo do Estado Ceara, nas gestões de 2007-2010 e 2011-2014 das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Escolas onde os alunos recebem formação escolar de nível médio integrada a formação técnica, em jornada de tempo integral e com vivências de cidadania e de protagonismo juvenil.

A pesquisa bibliográfica, fundamentada nos autores Gramsci, 1991; Ciavata, Ramos e Frigotto, 2005 ; Grabowski, 2005 Baracho, Moura e Pereira, 2006; , Frigotto e Ciavata, 2006; Magalhães 2008; Unger 2009 reafirma as presunções do MEC e da SEDUC/CE de que a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional caracteriza-se como uma técnica para a diminuição das disparidades entre classes sociais no país inteiro. Com a combinação curricular de educação, trabalho, ciência e tecnologia, a oferta se fortalece na conjuntura econômica e social contemporânea que pleiteia mais constantemente afinidades entre os saberes científicos e práticos.

A indicação dos dados analisados da expansão da proposta no Ceará, a oferta de matrícula e número de escolas implantadas, nos primeiros cinco anos de implementação da política de EMI (2008-2013), averiguou-se que o governo do Ceará tem se empenhado, no que diz respeito a destinação de recursos, provenientes do Tesouro Estadual ou em acréscimo aos recursos do governo federal, em investimentos substanciais na política pública, como também para a manutenção do funcionamento da rede de EEEPs, visto que os recursos destinados a este fim, oriundos do FUNDEB não são bastantes para municiar toda a rede pública estadual de escolas.

Os indicadores de ingresso na universidade e inserção no mercado de trabalho, embora não traduzam plenamente o objetivo da política pública de EMI, revelam indícios de sua eficiência e eficácia, orientando o planejamento e a elaboração do cardápio de cursos técnicos a serem ofertados. O exame dos dados apontou um avanço de 10% a cada ano final de formação técnica em relação aos alunos que ingressam na Universidade. Quanto ao acesso no mercado de trabalho mostraram-se oscilações entre os anos finais de formação pesquisados, revelando em 2013, o percentual de 25,2% de alunos inseridos no mercado de trabalho.

Os indicadores de aprovação, reprovação e abandono escolar também demonstraram os efeitos positivos e aceleradores de crescimento, consequências diretas da implantação de novas políticas públicas em educação. Estes indicadores traduzem a eficiência e eficácia das políticas públicas adotadas nas últimas duas gestões de governo do Estado do Ceará para a educação. Dentre elas merece destaque o Ensino Médio articula à Educação Profissional.

Resta à sociedade, nos dias atuais, tomar conhecimento e ter participação ativa no planejamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas de qualidade, que garantam às gerações presentes e futuras uma herança peculiar: um país economicamente estável, socialmente igualitário, com uma população produtiva e com grau de satisfação elevado.

## REFERÊNCIAS

BARACHO, Maria das Graças; MOURA, Dante. Henrique. ; PEREIRA, Ulisséia. Ávila; SILVA, Antônia. Francimar. Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. IN: Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê? Brasília: Ministério da educação, 2006, p. 17-39.

BRASIL. [Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.](#) Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788/08, de 26 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CEARÁ. Decreto nº 29.704/09, de 08 de abril de 2009. Ceará, 2009. Altera o Programa de Estágios em Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional para adequar as disposições impostas pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010. Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação (SEDUC). Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 30.865/2012, de 03 de abril de 2012. Regulamenta os artigos 2º e 3º da Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, dispondo sobre a estrutura organizacional, a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. Fortaleza, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior. Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação. Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. EEEP Antônio Tarcísio Aragão. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional. Ipu, Fevereiro/2015.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) . Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Unesp, 2005.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, PARECER CNE Nº 16/99 – CEB – Aprovado em 5.10.99 Disponível em [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf)

FRIGOTTO, G e CIAVATTA, M (orgs.). A formação do cidadão produtivo - A cultura de mercado no ensino médio. Brasília, INEP, 2006

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; FARENZENA, Nalú. Financiamento da educação básica e profissional. IN: Workshop. Novas perspectivas para a educação profissional e tecnológica no Brasil. Brasília, mimeo, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 8.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IPECE- Instituto de Pesquisas Econômicas. Indicadores Econômicos e Sociais. <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/indicadores-economicos/indicadores-economicos>, acesso em: 20 de novembro de 2014, às 15:31.

MAGALHÃES, Marcos. A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco Cria, Experimenta e Aprova. - São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008, disponível em <http://icebrasil.org.br>

MEC. Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional Tecnológica, 2007, disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>

\_\_\_\_\_. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Documento Base, 2007, disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=10221&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10221&Itemid=), acesso em: 20 de novembro de 2014 , às 11:20.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. IN: Anais da 1ª Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília 05 a 08 de novembro de 2006. Brasília/DF: MEC, 2006 (no prelo).

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. IN: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho, História dos CEFET's dos Primórdios a Atualidade: Reflexões e Investigações. Disponível em [www.senept.cefetmg.br](http://www.senept.cefetmg.br).

RAMOS, Marise Nogueira. O Projeto Unitário de Ensino Médio sob os Princípios do Trabalho, da Ciência e da Cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho. Brasília, 2004.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado à educação profissional. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007 (no prelo).

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) ; CIAVATTA, Maria (Org.) . Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.

SEDUC - Secretaria da Educação. Boletins de Custeio. Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. Edital nº 15/2010 – SEDUC. Seleção Pública para composição de banco de diretores de EEEP. Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_. Estatísticas na Educação Básica no Ceará. Disponível em <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional>>, acesso em: 25 de novembro de 2014, às 22:45.

\_\_\_\_\_. Manual de Terceirização. Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. MAPP Gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Fortaleza, 2011.

\_\_\_\_\_. Matrícula por dependência administrativa, localização, etapa, modalidade de ensino, segundo as credes e municípios do Ceará – 2007. Disponível em <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/estatisticas/251-estatistica-da-educacao-no-ceara-ano-base-2007>>, acesso em: 25 de novembro de 2014, às 19:23.

\_\_\_\_\_. Organograma. Disponível em [http://www.seduc.ce.gov.br/images/organograma\\_2013/SEDUC\\_Organograma\\_06junho2013\\_siglas.pdf](http://www.seduc.ce.gov.br/images/organograma_2013/SEDUC_Organograma_06junho2013_siglas.pdf), acesso em: 20 de novembro de 2014, às 16:23.

\_\_\_\_\_. Pensamento Estratégico. Disponível em <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/identidade-organizacional/pensamentoestrategico>, acesso em: 20 de novembro de 2014, às 15:35.

\_\_\_\_\_. Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (2008-2010). Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_. Regimento Escolar das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Fortaleza, 2011.

\_\_\_\_\_. Taxas de Movimento e Rendimento do Ensino Médio Por CREDE, Município, Rede e Localização – Ceará 2007. Disponível em: <[http://www.seduc.ce.gov.br/images/estatistica/estatistica\\_2007/6\\_2movimento\\_rendimento\\_medio2007.pdf](http://www.seduc.ce.gov.br/images/estatistica/estatistica_2007/6_2movimento_rendimento_medio2007.pdf)>, acesso em: 25 de novembro de 2014, às 20:32.

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão MAPP - Monitoramento de Projetos Prioritários do governo do estado. Fortaleza, 2011.

\_\_\_\_\_. MAPP Gestão. Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual (2008-2011). Disponível em:  
[http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1769&Itemid=1458](http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1769&Itemid=1458), acesso em: 20 de novembro de 2014, às 19:26.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual (2012-2015). Disponível em:  
[http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1863&Itemid=1691](http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1863&Itemid=1691), acesso em: 20 de novembro de 2014, às 20:32.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Pesquisa documental: alternativa investigativa na Formação docente. IX Congresso de Educação – EDUCERE. Outubro de 2009. PUCPR.

ZIBAS, DAGMAR M. L. A reforma do Ensino Médio no Ceará e suas contradições. Cadernos de Pesquisa. Campinas: Autores Associados, v. 35, n. 124, p. 201-226, Janeiro/Abril, 2005.

## ANEXO

Figura 2 – MAPP Gestão, Escola Estadual de Educação Profissional, Fase III, 2011

GRUPOS DE GASTOS	ITENS DE DESPESA	QTD MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
<b>Despesa de Pessoal (Folha de Pagamento do Estado)</b>	Cargo/Função I				
Coordenador	Professor/coordenador	3	3.782,66	11.347,98	136.175,76
Professor	Professor/professor	19	2.593,29	49.272,51	591.270,12
Secretário	Auxiliar administrativo/secretário	1	1.524,21	1.524,21	18.290,52
<b>Subtotal 1</b>				<b>66.281,76</b>	<b>795.381,12</b>
<b>Despesa de Pessoal (Mão de Obra Contratada)</b>	Cargo/Função I			-	-
Professor EMI	Professor/professor EMI/ Orientadores Estágio	16	2.117,68	33.882,88	406.594,56
<b>Subtotal 2</b>				<b>33.882,88</b>	<b>406.594,56</b>
<b>Locação de Mão de Obra</b>	Categoria I	0		-	-
Motorista	Motorista	1	1.545,30	1.545,30	18.543,60
Auxiliar Administrativo	Serviços burocráticos	5	1.292,76	6.463,80	77.565,60
Auxiliar de serviço	Auxiliar de serviço	6	1.234,45	7.406,70	88.880,40
Porteiro	Porteiro	2	1.251,95	2.503,90	30.046,80
Vigilância 24hs	Posto	2	6.878,19	13.756,38	165.076,56
Operador de Mecanografia	Operador de mecanografia	2	1.164,89	2.329,78	27.957,36
Suporte técnico para o laboratório de informática	Suporte operacional de Hardware e Software	1	1.363,18	1.363,18	16.358,16
<b>Subtotal 3</b>				<b>35.369,04</b>	<b>424.428,48</b>
<b>Contratação de Serviços</b>				-	-

Serviço de alimentação	Fornecimento de alimentação e similares		68.640,00	686.400,00
Impressão de material didático	Impressão e encadernação		2.400,00	28.800,00
Serviço de reprografia	Xerox e cópias heliográficas		600,00	7.200,00
Vale-transporte para funcionários e professores	Vale transporte		2.428,80	29.145,60
Manutenção predial	Outros serviços pessoa física		1.667,00	20.004,00
Manutenção predial	Outros serviços pessoa jurídica		2.500,00	30.000,00
Manutenção dos equipamentos dos laboratórios básicos e tecnológicos	Outros serviços pessoa jurídica		698,36	8.380,32
Manutenção dos equipamentos dos laboratórios básicos e tecnológicos	Outros serviços pessoa física		1.047,54	12.570,48
Manutenção de Móveis e Equipamentos	Reparo e conservação		8.600,00	103.200,00
Serviço de oficina – manutenção do ônibus	Reparo e manutenção do veículo		400,00	4.800,00
Seguros para os alunos no campo de estágio	Seguro em geral		800,00	9.600,00
Fardamento	Confecção de uniformes e fardamentos		12.480,00	12.480,00
<b>Subtotal 4</b>			<b>102.261,70</b>	<b>952.580,40</b>
<b>Serviços Públicos e de Comunicação</b>			-	-
Água	Água		5.400,00	64.800,00
Telefonia	Telefonia		208,87	2.506,44
Energia	Energia		9.763,40	117.160,80
Internet	Internet		694,44	8.333,28

<b>Subtotal 5</b>			<b>16.066,71</b>	<b>192.800,52</b>
<b>Material de Consumo</b>			-	-
Material de Expediente	Material de Expediente		1.800,00	21.600,00
Material de Limpeza	Material de limpeza		3.000,00	36.000,00
Licença para uso de Software	Licença para uso de Software		2.900,00	34.800,00
Material utilizado nas práticas dos laboratórios básicos	Outros materiais de consumo		3.998,40	47.980,80
Material utilizado nas práticas dos laboratórios tecnológicos	Material didático e técnico		5.942,40	71.308,80
Manutenção do ônibus	Combustíveis e lubrificantes		750,00	9.000,00
<b>Subtotal 6</b>			<b>18.390,80</b>	<b>220.689,60</b>
<b>Outras Despesas</b>			-	-
Bolsa-estágio para os alunos	Bolsa de Estudo		49.600,00	297.600,00
Material utilizado no estágio dos alunos – kit estágio	Material educativo e esportivo – distribuição gratuita		42.080,00	42.080,00
Material didático para distribuição junto aos alunos	Livros didáticos – distribuição gratuita		11.840,00	11.840,00
<b>Subtotal 7</b>			<b>103.520,00</b>	<b>351.520,00</b>
<b>TOTAL GERAL (A)</b>			<b>375.772,89</b>	<b>3.343.994,68</b>
<b>Custo-aluno = TOTAL GERAL (A)/540 alunos</b>			<b>R\$ 6.192,58</b>	

Fonte: SEDUC